



II CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA SAÚDE

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Julia Santos Baptista

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Débora Cristina Pereira Bernardino de Andrade

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Fernanda de Jesus Gomes Vieira

Assistente Social Pós-graduanda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo- USP, São Paulo- SP

INTRODUÇÃO: A equidade de gênero no acesso à saúde, especialmente no contexto das doenças crônicas, é uma questão de justiça social que afeta diretamente a qualidade de vida das mulheres. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham papel central, visto que podem mitigar barreiras estruturais que historicamente desfavorecem as mulheres no acesso a diagnósticos precoces e tratamentos adequados. Considerando que as políticas de saúde, quando bem estruturadas, contribuem para a criação de um ambiente no qual homens e mulheres tenham oportunidades iguais de alcançar o bem-estar em saúde, é necessário avaliar seu impacto real no cotidiano das usuárias do serviço de saúde. **OBJETIVO:** Examinar como políticas públicas de saúde têm influenciado a equidade de gênero no tratamento de doenças crônicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão narrativa elaborada através de pesquisa nos bancos de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Google Scholar e PubMed. Como estratégia de busca utilizou-se descritores do DeCS/MeSH articulados por operadores booleanos, resultando na estratégia de busca: (Políticas Públicas de Saúde OR Health Policy) AND (Equidade de Gênero OR Gender Equity) AND (Doenças Crônicas OR Chronic Disease). Foram incluídos quatro artigos disponíveis integralmente online, em português ou inglês, publicados nos últimos cinco anos (2019-2024), excluindo-se revisões. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Verificou-se que os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso, diagnóstico e tratamento de condições crônicas são amplificados por fatores como racismo, sexismo, pobreza e marginalização sistêmica, exigindo articulação de diversas áreas para mitigar seus impactos na saúde das mulheres. Além disso, mulheres racialmente segregadas enfrentam taxas mais elevadas de complicações e mortalidade por doenças cardiovasculares em comparação com homens brancos, devido a uma combinação de fatores sociais e estruturais, sugerindo a necessidade de articular políticas de saúde que abordem as barreiras econômicas e às relacionadas à discriminação e à distribuição inadequada de serviços de saúde. A inclusão de ações programáticas voltadas à promoção da saúde, como a visita domiciliar e o planejamento familiar, pode favorecer o autocuidado e a prevenção de fatores de risco, contribuindo para a melhoria dos resultados de saúde entre essas populações. Adicionalmente, urge que políticas de saúde primária sejam, desenhadas de maneira a incluir os determinantes sociais de saúde, considerando fatores como linguagem, cultura e discriminação visando alcançar uma verdadeira equidade no acesso aos serviços de saúde. Por fim, as opções políticas centradas em ações intersetoriais, que envolvem os setores de saúde, educação e desenvolvimento social, apresentam-se como caminhos promissores para a redução das desigualdades de gênero no acesso à saúde, oferecendo apoio direto às mulheres e suas famílias e promovendo um ambiente mais inclusivo para o tratamento e a reabilitação de doenças crônicas. **CONCLUSÃO:** Dessa forma, a análise dos dados apresentados demonstra que, embora haja progressos significativos em termos de formulação de políticas voltadas à equidade de gênero na saúde, muitos desafios persistem. O sucesso dessas políticas depende da sua capacidade de lidar com as barreiras estruturais e sociais que afetam desproporcionalmente as mulheres e as populações marginalizadas, garantindo que os princípios de equidade sejam efetivamente integrados em todas as etapas do processo de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de Gênero; Doenças crônicas não transmissíveis; Saúde da Mulher.



II CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA SAÚDE

REFERÊNCIAS

BERG, Shannon. Primary Healthcare Policy Research: Including Variables Associated With the Social Determinants of Health Matters; Comment on “Universal Health Coverage for Non-communicable Diseases and Health Equity: Lessons From Australian Primary Healthcare”. **International Journal of Health Policy and Management**, [s. l.], v. 11, n. 5, p. 717-719, 2022. DOI: 10.34172/ijhpm.2021.102.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa *et al.* Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 26, n. 6, p. 2053-2064, jun. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021266.02672021.

MOREY, Kim *et al.* An Aboriginal-led consortium approach to chronic disease action for health equity and holistic wellbeing. **Health Promotion Journal of Australia**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 634-643, jun. 2023. DOI: 10.1002/hpja.765.

ROUILLER, Ana Paula Turin. **Síntese de Evidências para Políticas**: Intervenções para saúde das famílias na Atenção Primária à Saúde. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/D.7.2019.tde-22022021-112029.

SARKAR, Urmimala; BIBBINS-DOMINGO, Kirsten. Achieving Diagnostic Equity in Cardiovascular Disease. **JAMA**, [s. l.], v. 328, n. 9, p. 827-827, 2022. DOI: 10.1001/jama.2022.14424.